Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Responsabilidade limitada com sede em Elvas, em 31 de Janeiro de 1912

ACTIVO	
Caixa	569,066
Empréstimos aos sócios por:	
Fiança	11:286,200
Letra	14,462
Despesas gerais	11:889,728
PASSIVO	
Fundo social — Títulos de capital cobrados	4:970,000
Depósitos à ordem	2:406,989
Depósitos a prazo	924,448
Empréstimos à Caixa:	
Junta de Crédito Agrícola	3:500,000
Juros de títulos de capital, a pagar	68,291
	11:889,728

Os Directores — António dos Santos Cidrais — Luis António Pinto Bagulho.
Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta do Crédito Agrícola, em 15 de Maio de 1912. — O Secretário, *Julio Torres*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

- 1.ª Direcção
- 1.ª Divisão

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas
Em 27 de Abril último:

- Clemente dos Santos, encarregado da estação telégrafo-postal de Alcácer do Sal — transferido, por conveniência de serviço, para idêntico lugar em Montemor-o-Novo.
- Francisca Inácio Dordio da Silva Rebocho de Carvalho, ajudante-jornaleira da estação telégrafo-postal de Montemor-o-Novo — licenciada nos termos do artigo 207.º do decreto de 24 de Maio de 1911, sem vencimento.
- Jorge Martins dos Reis, encarregado da estação telégrafo-postal de Alpalhão — transferido, por conveniência de serviço, para idêntico lugar em Alcácer do Sal.
- Carlos de Carvalho Roxo — nomeado para o lugar de encarregado da estação telégrafo-postal de 4.ª classe em Alpalhão, nos termos do artigo 240.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911, com o vencimento anual de 200\$000 réis. (Visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, em 16 de Maio de 1912).

Em 11 de Maio:

- Afonse Loureiro — nomeado para o lugar de guarda-fios jornaleiro do cantão n.º 2, do distrito de Vila Real, com sede na Régua, nos termos do artigo 264.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911, na vaga resultante pelo falecimento de António Loureiro. (Visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, em 16 de Maio de 1912).

Em 17 do corrente mês:

- Francisco Augusto Leite, boletineiro de 1.ª classe de Lisboa — mandado passar à situação de inactividade com o vencimento anual de 126\$000 réis que lhe compete nos termos do artigo 306.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911.
- José Maria da Costa Peixoto, segundo aspirante do quadro telégrafo-postal — idem com o vencimento anual de 240\$000 réis que lhe compete nos termos do artigo 306.º do decreto orgânico acima citado.

Por decreto de 18:

- Ernesto Pinto do Sousa, segundo aspirante do quadro telégrafo-postal — demitido por se achar incurso no artigo 341.º do decreto orgânico, com força de lei, de 24 de Maio de 1911.

Por despachos da mesma data:

- Joaquim Lopes Bastos, guarda-fios jornaleiro do cantão n.º 4, com residência em Nelas, distrito de Visou — transferido a seu pedido para o cantão n.º 3 do mesmo distrito.
- Carmina da Conceição Oliveira, ajudante jornaleira da estação de Vila Franca — licenciada, sem vencimento, nos termos do artigo 307.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911.

2.ª Divisão

Em despacho de 11 do corrente:

- José da Silva — nomeado servente da estação central do correio de Lisboa, na vaga de Adrião Nunes Petronilho, que foi exonerado. (Visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, de 15 de Maio de 1912).

Em 17:

- Miguel Augusto dos Reis, carteiro de 1.ª classe de Lisboa — mandado passar à situação de inactividade com o vencimento anual de 342\$000 réis, que lhe compete nos termos da lei.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 18 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, *António Maria da Silva*.

Em despachos de 16:

- José Duarte da Silva — demitido do lugar de encarregado da estação postal em Atalaia, concelho da Barquinha, por irregularidades cometidas no serviço a seu cargo.
- Joaquim Torres, distribuidor rural do 5.º giro do concelho de Figueira da Foz — demitido, por diversas irregularidades no exercício das suas funções.
- António Maranhã das Neves, distribuidor rural do concelho de Montemor-o-Velho, transferido, por conveniência de serviço, para o 5.º giro do concelho de Figueira da Foz.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 20 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, *António Maria da Silva*.

De ordem superior se anuncia que, nos termos do § único do artigo 226.º do decreto com força de lei, de 24 de Maio de 1911, se recebem nesta Administração Geral e nas estações centrais do correio de Lisboa e Porto, até as 16 horas do dia 15 de Junho próximo, os requerimentos dos segundos oficiais que pretendam ser admitidos ao concurso para provimento de lugares de primeiros oficiais do quadro dos correios de Lisboa e Porto.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 17 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, *António Maria da Silva*.

- 2.ª Direcção
- 1.ª Divisão

Tendo sido vistoriada pela Fiscalização Técnica do Governo a instalação eléctrica na quinta da viúva de Luis Oleres, denominada Vila Justa, e a respectiva linha de alimentação; e

Reconhecendo se que satisfazem às necessárias condições de segurança, e às do respectivo título de licença: Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em presença do parcer da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que seja autorizada a Companhia Elvense de Mógens a Vapor, concessionária da iluminação eléctrica de Elvas, a explorar a linha e a instalação acima indicadas.

Paços do Governo da República, em 20 de Maio de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*.

Éditos

Faz-se público, nos termos e para os efeitos do artigo 14.º do regulamento das concessões, estabelecimento e exploração das indústrias eléctricas, de 28 de Fevereiro de 1903, que estará patente na 1.ª Divisão da 2.ª Direcção desta Administração Geral, até as dezasseis horas do dia 5 de Junho próximo, o projecto apresentado pela Companhia Carris de Ferro do Porto para ampliação da estação central de Massarelos, e aumento da secção de feeders de distribuição.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto, devem ser presentes nesta Administração Geral, dentro do citado prazo.

Lisboa, 20 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, *António Maria da Silva*.

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

Atendendo à absoluta necessidade de alterar a linha da razante entre perfis 43 e 64 + 22,15 do lanço do Canal a Alvalade do Caminho de Ferro do Vale do Sado; manda o Governo da República Portuguesa aprovar o respectivo projecto de variante e seu orçamento na importância de 1:533,935 réis, elaborado pela Direcção do Sul e Sueste com data de 22 de Abril do corrente ano, ficando o orçamento do mesmo lanço elevado da referida importância.

Paços do Governo da República, em 17 de Maio de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

6.ª Repartição

Em portaria de 17 do corrente:

Momade Cortelaine Rendará — nomeado definitivamente para o lugar de amanuense das oficinas navais do distrito de Moçambique.

Direcção Geral das Colónias, em 20 de Maio de 1912. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

Por portaria de 18 do corrente:

José Luis Caetano da Cunha Álvares, recebedor de 2.ª classe, de Praganã, Nagar-Avely, no Estado da Índia — transferido para idêntico lugar em Bardez, no mesmo Estado, na vaga resultante da aposentação do recebedor Visnum Xete Colopo.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias, em 20 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Eusébio da Fonseca*.

CONGRESSO

CAMARA DOS DEPUTADOS

Projecto de lei

Artigo 1.º São isentas do pagamento da décima de juros — imposto de rendimento — as obrigações da conversão do passivo da Câmara Municipal de Vila da Feira, autorizadas por decreto de 18 de Abril de 1912.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.
Sala das Sessões, em 20 de Maio de 1912. — O Depntado pelo circulo 16, *António Valente de Almeida*.

Proposta de lei

Artigo 1.º O sal produzido na provincia de Angola e importado para consumo pelas alfândegas da provincia de Moçambique pagará de direitos 25 réis por decalitro, conforme o tratamento pautal dado ao produzido na metrópole.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.
Ministério das Colónias, em 20 de Maio de 1912. — *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

Proposta de lei

Artigo 1.º São criados no Ministério das Colónias quinze lugares de aspirantes a técnicos coloniais, que o Governo subsidiará para irem especializar-se nas escolas estrangeiras.

§ único. Entende-se por técnicos coloniais para os efeitos desta lei os engenheiros, arquitecotos, agrónomos, silvicultores, médicos, naturalistas e outros estudantes de sciência que se especializem em qualquer ramo da sciência ou da indústria, com possível applicação prática nas colónias.

Art. 2.º O provimento destes lugares far-se há por concurso documental, que será aberto anualmente durante cinco anos consecutivos, a começar em 1 de Julho próximo futuro.

Art. 3.º Os concursos versarão sobre cada uma das especialidades a que se destinarem os candidatos.

§ 1.º Só poderão concorrer individuos da classe civil ou militar, diplomados pelas escolas superiores ou a elas equiparados, com o curso de maquinistas da Escola Naval, com o curso de belas artes, ou ainda com o curso completo dos liceus ou das escolas de silvicultura.

§ 2.º Os militares aprovados no concurso serão requisitados pelo Ministério das Colónias a fim de seguirem o seu destino, passando a gozar de licença registada enquanto estiverem a estudar por conta do Ministério das Colónias.

§ 3.º Os programas dos concursos serão fixados pelo Ministério das Colónias e publicados no *Diário do Governo*, pelo menos trinta dias antes da prova se realizar.

§ 4.º Em igualdade de circunstâncias, serão preferidos os concorrentes que melhores habilitações científicas oferecerem.

Art. 4.º A escolha das escolas ou estabelecimentos industriais a frequentar será feita pelo Governo e será indicada no concurso.

Art. 5.º O subsídio a que se refere o artigo 1.º desta lei consiste numa mensalidade adiantada, em ouro, de 6 libras esterlinas, durante o prazo máximo de três anos.

Além deste subsídio, os aspirantes terão direito a um bilhete de 2.ª classe, até o lugar onde se destinarem, e, quando tiverem terminado os seus estudos, com aprovação, na escola para onde foram, terão direito à passagem de regresso em 1.ª classe, e não poderão receber mais vencimento algum do Governo, seja porque motivo for.

Art. 6.º As vacaturas que houver nas colónias serão preenchidas pelos aspirantes a técnicos que tenham regressado ao Ministério das Colónias depois de terem completado os seus cursos, preferindo a todos os outros técnicos que porventura houvessem de ir ocupar os lugares vagos a que se refere este artigo.

Art. 7.º Os aspirantes que tenham completado os seus estudos, serão obrigados a servir três anos nas colónias, nos lugares para que tenham habilitações e onde o Ministério das Colónias determinar, contanto que o vencimento anual respectivo não seja inferior a 1:800\$000 réis.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.
Ministério das Colónias, em 20 de Maio de 1912. — O Ministro das Colónias, *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

Proposta de lei

Artigo 1.º Durante o periodo de dois anos, contados da data da publicação desta lei, são considerados, para os efeitos de promoção, como tirocínio de embarque, fora dos portos de continente, os periodos de tempo de serviço prestado nas Repartições de Contabilidade e Fiscais, e nos estabelecimentos navais, na situação 1.ª das designadas no artigo 10.º do decreto de 14 de Agosto de 1892, pelos aspirantes de 1.ª classe e officiais da classe da administração naval.

Art. 2.º A disposição do artigo 1.º não invalida nem dispensa os aspirantes de 1.ª classe e os officiais da administração naval da prática do serviço a bordo dos navios da armada, quer nas estações navais, quando por escala lhes compita, quer em outras situações, quando por necessidade ou conveniência, determinada superior-